

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Estado e Igreja: o movimento social do cristianismo de libertação sob o olhar do DEOPS/SP (1954-1974)

Admar Mendes de Souza*

Resumo: A atuação político-religiosa de setores da Igreja Católica no Brasil de meados do século XX. Uma visão dos atritos entre Igreja e Estado através da documentação do Departamento de Ordem Política e Social, DEOPS/SP.

Palavras-chave: Política – Religião - Conflito

Abstract: The political-religious action of sectors of the Catholic Church in Brazil in mid 1900's. A vision of the conflicts between the Church and State see through the DEOPS/SP documentation.

Keywords: Political – Religion - Conflicts

A proposta inicial deste texto é apenas delinear alguns aspectos da pesquisa de doutorado que desenvolvo, e que ainda se encontra a meio caminho. É apenas um esboço, uma discussão sobre a documentação, seu uso e o que busco com tal trabalho.

Este projeto de pesquisa surgiu a partir das reflexões desenvolvidas no mestrado: “Frades Dominicanos de Perdizes: movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil”¹. Nela busquei apreender e analisar o engajamento político e social de um grupo de frades dominicanos da cidade de São Paulo entre os anos de 1963 e 1970. Delineei esse engajamento social a partir de seus aspectos formuladores, que estavam ancorados em crenças religiosas e perspectivas políticas. A análise dos documentos existentes no DEOPS/SP e dos depoimentos colhidos junto aos religiosos revelou uma prática política que estabelecia uma maior participação de setores da Igreja nos problemas políticos e sociais do país. Ao mesmo tempo, era um rompimento que, apoiado num conjunto de reflexões teóricas, teológicas e

* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.

¹ Defendido no departamento de História da USP em 2003, sob orientação da Prof.a. Dra. Maria Aparecida de Aquino e com o financiamento da CAPES.

políticas, e de práticas religiosas, punha na ordem do dia a ação política como via de superação das mazelas sociais, políticas e econômicas da sociedade.

Esta nova pesquisa visa aprofundar a compreensão acerca desse rompimento. O contato e a análise de parte da documentação do DEOPS/SP trouxeram à tona a questão do *olhar vigilante* exercido por este órgão de Segurança do Estado sobre os movimentos sociais ligados à Igreja. Esta reflexão leva em consideração o progressivo distanciamento entre setores da Igreja e do brasileiro, antes e depois do regime militar instituído em 1964. Assim, desejo identificar e pensar este conflito a partir desses registros policiais, buscando revelar, por um lado a prática repressiva e, por outro, a atuação de setores da Igreja Católica. A documentação a ser analisada refere-se ao período 1954 a 1974. C

A documentação

O material a ser estudado é a documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, DEOPS/SP. Criado em 1924 e ativo até 1983, era um dos órgãos do aparato repressivo do Estado vinculado à Secretaria de Segurança Pública.

Este fundo documental é formado por quatro grandes séries documentais: Prontuários, Ordem Política, Ordem Social e Dossiês (AQUINO, 2002: 17-43). A série Dossiês, a que será estudada, é uma grande massa documental produzida e armazenada, a partir de 1940, pelo chamado Serviço Secreto e, posteriormente, pela Divisão de Informações². No total, são 5.207 dossiês e 9.626 pastas de documentos.

O Acervo DEOPS/SP é resultado da prática de vigilância do órgão sobre os setores considerados perigosos pela ordem vigente (PIMENTA, 1995; 149-154). Organismos como Serviço Secreto e Serviço de Informações, dentro do DEOPS/SP, produziam, sobretudo através de agentes infiltrados, relatórios de investigação.

É de suma importância ter presente o caráter político da atuação deste órgão de Estado. A polícia política, segundo Marília Xavier, teria como função “entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ‘ordem e a segurança pública’” (AQUINO, 2002: 18-19). Por quase seis décadas o órgão acompanhou e registrou as práticas contrárias ao poder vigente.

² O conjunto de pastas/“Dossiês”, como as demais séries, tem um fichário correspondente. No caso, existem 1.100.000 fichas que remetem a 9600 pastas. A maioria das fichas remissivas é nominal, referentes as pessoas que foram vigiadas pelo DEOPS/SP.

Considerando a função do DEOPS, no decorrer da pesquisa, surgiram dúvidas sobre a validade desta documentação como fonte para visualizar a Igreja, já que revelaria a leitura do órgão de repressão. Isto poderia gerar uma visão seletiva e distorcida da instituição católica.

Esta questão foi então pensada à luz do problema formulado. A função do DEOPS era perseguir e incriminar o que julgava fora e contra a ordem. Neste sentido, parece correto considerar que a visão que a documentação traz da Igreja possa ser distorcida e seletiva, pois é direcionada. Por outro lado, este direcionamento poderia guardar justamente o registro dos movimentos e de indivíduos que, ligados à Igreja Católica, eram tidos como perigosos à ordem vigente. Acredito que é possível encontrar ali a Igreja que se questionava e se movia em função dos problemas políticos e sociais. E que, também por isto, chegou a contestar a própria relação Igreja/Estado. Ou seja, a origem tornaria esta documentação propícia a apresentar uma leitura feita pelo Estado dos momentos e motivações que levaram a um embate com setores da Igreja.

É certo pensar que esta documentação retrate, sobretudo, os mecanismos da repressão, sua forma de atuar e de interpretar a atuação de setores da Igreja – o que também nos interessa. Mas, da mesma forma, seria correto pensar que ela revela as ações e as resistências desenvolvidas pelos atingidos por essa vigilância. Esta compreensão acerca das potencialidades desta documentação faz parte das reflexões da professora Maria Aparecida de Aquino.

Restringindo-me somente a dois aspectos que me parecem os mais evidentes, entendo que, através da consulta a esse acervo, pode-se ter acesso ao funcionamento de um importante instrumental de repressão utilizado largamente durante o regime militar e, por intermédio dele, a própria lógica desse regime aparece delineada. O outro aspecto, que é a contrapartida do primeiro, refere-se ao potencial e ao caráter da resistência ao Estado Autoritário brasileiro pós-64. Os relatórios dos “agentes infiltrados” mostram a que eles estavam atentos e quais os seus procedimentos de vigilância e controle. Exibem, também, graças ao conhecimento que, no exercício de sua função, precisavam adquirir em relação às pessoas/instituições/atividades que acompanhavam, o funcionamento e a lógica que ditava o seu procedimento. Além disso, o farto material apreendido nessa atuação repressiva fornece uma radiografia das diferentes expressões de oposição ao regime. (AQUINO, 2001:184).

É a partir desta compreensão que a documentação será analisada. A partir destes registros, recompor os tons e as formas que denotam o conflito de setores da Igreja com o Estado vigente.

Dentro da série “Dossiês”, há um conjunto de pastas formados pelo código alfanumérico composto pela letra “G”. Tais pastas referem-se especificamente a temas ligados ao campo religioso da sociedade brasileira (AQUINO, 2002: 36).

Objetivos

Pensando historicamente, algumas reflexões sobre a atuação política da Igreja orientam este trabalho.

João Batista Libânio, tomando o Concílio Vaticano II como momento de ruptura para a vida religiosa, lembra que todo rompimento supõe um antes e um depois. Ele entende que já havia religiosos que viviam este depois antes mesmo da reunião conciliar (Libânio, 1981: 39). Pensando esta movimentação religiosa que vivia o espírito pré-conciliar anterior a 1964, acredito que ela não era tida como propriamente inimiga ou indesejável pelo Estado. Se considerarmos, política e socialmente, o golpe militar como de quebra institucional e de engendramento de uma nova sociedade, isto pode parecer correto, já que a Igreja desenvolvia projetos em parceria com os governos anteriores. Resta efetivamente uma verificação com relação aos católicos progressistas, já que começaram a criticar o sistema capitalista patrocinado pelo Estado antes mesmo do golpe.

Desta compreensão, podemos observar, olhando para estes setores progressistas da Igreja católica, que é possível identificar um anticapitalismo nos termos da não afinidade eletiva entre capitalismo e a ética católica, que Löwy buscou em Max Weber. No livro *A Guerra dos deuses*, Löwy recupera a idéia de que religiões éticas não coadunam com a racionalidade econômica do capitalismo, que é impessoal, individualista. Segundo o autor, isto ajuda a entender a oposição dos católicos progressistas da América Latina ao capitalismo e a sua própria luta (LÖWY, 2000: 34-56). Verificar esta compreensão na documentação referente à Igreja de São Paulo, pode ajudar na compreensão do que foi esta atuação política e religiosa que marcou o catolicismo de meados do século XX.

Outra questão diz respeito à leitura feita pelo DEOPS acerca destes movimentos. Como lembra Comblin, o tipo de ligação preconizado pelo Estado era conveniente, porque a fé era apenas apêndice, não atuação. Já a ligação entre Igreja e Estado proposta, por exemplo, pela Teologia da Libertação, é de interação, de diálogo sobre as questões sociais (LÖWY,

2000: 97-99). Autores como Löwy, Pablo Richard e Márcio Moreira Alves sugerem em seus trabalhos que, considerando a longa relação entre Igreja e Estado, os órgãos de polícia percebiam, pelo menos inicialmente, a movimentação social como dissociada da instituição. O envolvimento de alguns setores católicos com questões políticas e sociais diria respeito a poucos indivíduos, tratar-se-iam de desvios de conduta.

Tomando isto como pressuposto, indago se a leitura feita pelo Estado, através de órgãos como o DEOPS/SP, foi capaz de apreender a complexidade das transformações vividas pela própria Igreja. A tradição que ligava Igreja e Estado dificultaria um entendimento claro dos termos que levaram a um estremecimento desta relação.

Reflexões sobre o material analisado

O primeiro passo dado no trabalho de pesquisa foi selecionar as pastas “G” da série Dossiê. Numa triagem inicial, avaliou-se a extensão, a periodicidade e a tipologia documental. Um primeiro levantamento demonstrou que o material a ser examinado somava um total de 96 pastas, considerando aqui os anos de 1954 e 1974.

FAMÍLIAS	SUBFAMÍLIAS	NÚMERO DE PASTAS	ANOS DE PRODUÇÃO*
30-G		7	De 1942 a 1962
40-G	41-G	7	De 1942 a 1960
50-G		82	De 1940 a 1979

O material observado até agora é composto, preponderantemente, por relatórios de agentes infiltrados nos mais diversos momentos e espaços que compõem a prática católica, dentro e fora das igrejas. Eventos religiosos, como a missa, ou encontros abertos à comunidade para debater política e economia, ou ainda a presença de um religioso em meio a um evento social qualquer.

O documento que se segue é um exemplo do material a ser estudado. Sua forma e conteúdo delineiam a análise a ser feita.

“SERVIÇO SECRETO – DOPS
INFORME SOBRE

Clero Progressista no Estado de São Paulo. 3 de setembro de 1968.

* Estão indicadas as datas limites da produção de cada Pasta/Família que serão analisadas na pesquisa.

1 – O clero, de uma maneira generalizada, no Estado de São Paulo, se mantém neutro em relação aos problemas sócio-econômicos que se apresentam ao Governo. Esta maioria é identificada como “clero conservador”.

Entretanto, vimos acompanhando a proliferação das atividades do “clero progressista”, que se manifesta sob a orientação de Dom Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, as quais vão no sentido de que a Igreja não pode se manter alheia aos problemas fundamentais do Brasil, devendo colocar-se a favor das forças vivas da nação, cujas reivindicações, segundo esta facção, são justas.

Dom José Gonçalves da Costa, ex-secretário geral da CNBB, chegou inclusive a admitir a presença do clero nas passeatas e demais manifestações, porque “uma das principais funções da Igreja é a de lutar pela justiça social”.

De acordo com os princípios do “clero progressista”, a Igreja já não é mais uma instituição petrificada, pelo contrário, ela evolui conforme previsto no Evangelho de São João: “muitas coisa amadurecerá na Igreja, que agora não é possível explicar”.

2 – Ação dos padres Progressistas

Nas observações procedidas por este serviço, puderam ser verificadas duas maneiras de ação desenvolvida pelo “clero progressista”, uma direta e outra indireta.

A atividade direta consiste na participação pessoal nas concentrações operárias ou estudantis, e a indireta, que reputamos a mais seria, é a utilização do próprio Evangelho para lançar a semente da insatisfação entre a população..

Assim, por ocasião das solenidades religiosas, os padres se servem das prédicas para chamar a atenção dos fiéis no sentido das injustiças sociais, gerando sérias dúvidas nas mentes dos menos esclarecidos.

É comum observar nas Igrejas desta capital, o desvirtuamento das pregações, que, as vezes, chegam a ser compradas com as orações pronunciadas nas reuniões de elementos subversivos. Nessas ocasiões, chegam a concitar aos fiéis a se reunirem para debaterem problemas que dizem respeito à guerra do Vietnam, à invasão da República Dominicana, aos problemas do povo cubano, etc.

Não podemos concluir que os métodos usados pelos padres progressistas seja os mesmos adotados pelos esquerdistas, mas podemos afirmar, sem dúvida, que os objetivos são comuns: descrédito das autoridades constituídas.

3 - Ideologia

Ideologicamente, o clero progressista aceita como válida a teoria marxista, embora não concorde com as soluções postas em prática pelos países da cortina de ferro, pois propõe uma solução “brasileira” para o problema, sem contudo esclarecer como poderá fugir aos métodos comunistas, que o próprio clero condena, para alcançar o objetivo a que se propõe.

Entretanto, justificando sua atividade, afirma que todo o seu movimento é baseado nos seguintes princípios:

afirmação de que, nos atuais regimes democráticos, é praticada a “exploração do homem pelo homem”;

não adoção das soluções materialistas dos Estado totalitários, porque os mesmas não coadunam com as tradições cristãs brasileiras;

não aceitar a intervenção governamental na luta que deverá ser encetada pelos operários brasileiros, no sentido de cessar a exploração do homem.

4 – PROFUNDIDADE DO MOVIMENTO

No afã de levar a população à tomada de uma efetiva posição, se esquecem os “padres progressistas” que poderão ser causa de grandes perturbações sociais, gerando a violência, que uma vez iniciada, jamais será reprimida, pois a massa em que lançam o germe da discórdia é perigosa.

5 - FOCOS

Em São Paulo, os principais focos de subversão dos “padres progressistas” estão instalados nas seguintes áreas:

5.1 OSASCO – região onde se encontra grande número de operários, que vem sendo doutrinados pelos chamados “padres operários”.

5.2 ABC – compreendem-se os municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Mauá, Diadema e Ribeirão Pires, municípios onde o bispo de Santo André, Dom Jorge Marcos, vem se destacando com sua vastíssima atividade.

5.3 DOMINICANOS – o convento dos dominicanos, à rua Caiubi, é um verdadeiro centro de operações dos “padres progressistas”, destacando-se entre eles Frei Chico, cujas conferências pronunciadas nesta capital, foram verdadeiras reuniões subversivas.

5.4 REDENTORISTAS – movimento desusado vem sendo observado entre os redentoristas, com sede à rua Sampaio Vital 1021, Jardim Paulista, os quais se reúnem no Instituto Redentorista de Estudos Superiores, localizado no quilômetro 20 da rodovia Raposo Tavares, onde tem sido verificada a presença de jovens, participando de reuniões.

5.5 SANTOS – no interior do Estado, ressaltamos a atividade do Bispo de Santos, Dom David Picão, que vem orientando os “padres operários” na sua peregrinação pelos bairros pobres daquele município, abrangendo inclusive o município de Cubatão.

5.6 LORENA – ainda no interior, mencionamos o bispo de Lorena, Dom Cândido Padim, que vem semeando a palavra de insatisfação em todo o Vale do Paraíba.

5.7 BOTUCATU – os “padres operários” de Botucatu estão solidários com os estudantes locais, nas suas investidas para a perturbar a ordem pública. Há pouco naquela cidade, registrou-se um sério incidente, em que 24 padres se rebelaram contra a indicação de Dom Vicente Zioni, que deveria gerir a diocese. A crise só se serenou, após a indicação de elemento, cuja formação se identifica com referidos padres, a dom Remo.

Dos entendimentos que podem ser retirados deste texto, o primeiro a ser destacado refere-se à dimensão do olhar investigativo do órgão de investigação. Revela-se através do conhecimento demonstrado acerca das transformações que ocorriam no interior da Igreja, inclusive com a noção de que havia também uma divisão interna ao clero, entre conservadores e progressistas.

O fato de identificarem em Dom Hélder a figura que orientava o clero progressista assinala que o órgão percebia a movimentação de parte da Igreja como que guiada por determinados indivíduos. Isto, por exemplo, ajuda a entender a forte oposição e repressão que se abateu sobre a pessoa e sobre aqueles que estavam juntos, no caso, a este bispo nordestino.

Se a questão da atuação política dos religiosos é motivo de preocupação ao DEOPS, é importantíssimo destacar a condição de guardião do Evangelho e da boa fé que o órgão arroga para si. Os padres progressistas, na sua postura, seriam então os usurpadores da mensagem cristã, o que poderia gerar insatisfação e dúvidas entre a população. Esta subversão é tida como preocupante, pois, junto aos “esquerdistas”, aos marxistas, com quem compartilhariam convicções, visava atingir as autoridades constituídas. O relatório também traz a preocupação com possíveis perturbações sociais que tal clero poderia causar. Fato indesejável, pois geraria “a violência, que uma vez iniciada, jamais será reprimida, pois a massa em que lançam o germe da discórdia é perigosa”.

Por outro lado, da Igreja que emerge do texto, o mais importante é perceber o seu novo traço definidor: uma instituição que não deveria se manter alheia aos problemas políticos e sociais existentes no país. A justiça social seria o fio condutor desta nova

compreensão. Assim, na concepção dos padres progressistas, não se envolver, não participar do mundo que os cercava é que seria negar o Evangelho.

Algumas considerações

Como apontado pelos estudiosos da documentação produzida pelo DEOPS, não há dúvida sobre sua importância para a reconstituição e compreensão de parte da história repressiva do país. O agir deste setor do Estado está ali representado. E revela, através de seus procedimentos, a imagem e a forma de sociedade que queria concretizada, eliminando tudo aquilo que lhe fosse contrário. Nesta função, registra a prática daqueles que se contrapunham a este Estado, o órgão também revela os traços que marcam a face de seus opositores.

O documento que destacado acaba por expor, como traço geral sobre o DEOPS/SP, um olhar abrangente, presente em diversos lugares e momentos, desvelando também sua constância. A metodicidade, a desconfiança permanente sobre determinados aspectos do comportamento religioso denunciam as concepções que impulsionam esse *vigiar*.

A instituição que surge da documentação é delineada através do entrechoque de interesses e concepções entre Igreja e Estado. De um lado, por exemplo, o Estado entende que os problemas sociais e políticos não são problemas da Igreja, o que ia de encontro a uma nova forma de ser Igreja, que percebe sua missão encarnada também nestas questões do homem em sociedade. Primeiro, um olhar que busca identificar e combater o indesejável. Depois, padres, bispos e ordens religiosas são identificados como os causadores deste indesejável, da desordem. Na Igreja, este embate traduziu-se na busca por justiça social, na luta por liberdade de opinião e de ação por alguns de seus membros.

Bibliografia

AQUINO, Maria Aparecida de et alii (orgs.) No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.

AQUINO, Maria Aparecida de et alii (orgs.) A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político. Famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LIBÂNIO, J. B. As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais. Coleção Vida Religiosa: temas atuais/10; 2ª Edição. Co-edição: Petrópolis, Vozes / Rio de Janeiro, CRB, 1981.

João Paulo Garrido Pimenta/Revista de História 132, 1995.